



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,74% São Paulo	127.768 18/11 19/11 20/11 21/11	R\$ 5,814 (+ 0,05%)	R\$ 1.412	R\$ 6,053	11,15%	11,46%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53

ORÇAMENTO

No limite do prazo legal, o Ministério do Planejamento encaminhou ontem à noite o relatório bimestral de receitas e despesas. O documento diz que o déficit ficará em R\$ 28,7 bilhões, dentro da margem permitida pela LDO

Após ajustes, governo corta mais R\$ 6 bilhões

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva demorou o quanto pôde para fechar o relatório de avaliação de receitas e despesas do 5º bimestre do ano e só liberou os dados às 21h17 de ontem. A divulgação ocorreu quase no limite do prazo previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina a publicação no 22º dia após o fim do bimestre. Conforme os dados divulgados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o novo bloqueio de gastos será de R\$ 6 bilhões.

Esse montante será somado aos R\$ 13,3 bilhões do relatório anterior, totalizando R\$ 19,3 bilhões de contenção de despesas neste ano. O detalhamento por órgão, desse montante, será publicado no próximo dia 29, no decreto de programação orçamentária. No bimestre encerrado em agosto, o Ministério da Saúde foi o mais atingido, com bloqueio de R\$ 4,5 bilhões dos R\$ 13,3 bilhões previstos. Completando o pódio, os ministérios da Educação e das Cidades tiveram bloqueios de R\$ 1,7 bilhão e de R\$ 1,4 bilhão, respectivamente.

A sinalização de técnicos ouvidos pelo **Correio** era de que o novo bloqueio deveria ficar em torno de R\$ 7 bilhões, para o cumprimento da meta fiscal pelo piso, pois permite um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 28,8 bilhões, conforme o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Mas, ainda ontem, houve “alguns ajustes por dentro”, a fim de o valor do novo corte ficar mais próximo de R\$ 5 bilhões — número que o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, havia

Ed Alves/CB/DA.Press



De responsabilidade do ministério do Planejamento, de Simone Tebet, o relatório foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União

anunciado na véspera. No mesmo dia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a contenção extra de gastos seria “um pouco maior”.

No documento publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), a equipe econômica prevê, inicialmente, um déficit primário R\$ 65,4 bilhões nas contas do governo central. Mas, considerando os abatimentos de despesas que não entraram na conta

devido ao acórdão firmado entre o governo, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal de Contas da União (TCU), como os gastos extraordinários no socorro do Rio Grande do Sul, o déficit primário passou para R\$ 28,7 bilhões, dentro do limite inferior da meta fiscal. Os valores desses abatimentos, contudo, diminuíram entre os relatórios do 4º e do 5º bimestre, passando de R\$ 40,5 bilhões para R\$ 36,5 bilhões. De acordo

com o documento, isso ocorreu devido ao “movimento combinado de redução das dotações não empenhadas de créditos extraordinários que tiveram perda de eficácia e a ampliação de dotações por meio de abertura de novos créditos extraordinários”, no montante de R\$ 6,9 bilhões e de \$ 2,9 bilhões, respectivamente.

Entre as variações das despesas projetadas no relatório, destaca-se o aumento de R\$ 7,7

bilhões em benefícios previdenciários sujeitos ao limite da meta fiscal, que foi “parcialmente compensado pela redução de R\$ 1,9 bilhão em despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes da nova projeção das despesas com abono pecuniário”. Contudo, o rombo da Previdência Social previsto para este ano aumentou R\$ 13,6 bilhões, em relação ao relatório anterior, passando para R\$ 296,8 bilhões.

Na avaliação de Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), o novo bloqueio ocorreu em razão desse aumento previsto na despesa previdenciária. Ele lembrou que cortaram a fonte de arrecadação das agências reguladoras, que seria uma das medidas compensatórias para a desoneração da folha de pagamento, no valor de R\$ 4 bilhões. “Não falta muito para o governo alcançar o piso da meta fiscal neste ano. Nas nossas contas, em novembro e dezembro, ainda deverão ingressar cerca de R\$ 25 bilhões de dividendos extraordinários ou antecipação de dividendos da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, destacou. Conforme os dados do relatório bimestral, a receita com dividendos de estatais foi ampliada em R\$ 4,5 bilhões, para R\$ 72,9 bilhões, na comparação com o documento anterior.

Conforme os dados da IFI, há outros fatores que podem contribuir para a redução do rombo fiscal deste ano, como o empoucamento de despesas — aquelas que estão previstas no Orçamento e acabam não sendo executadas —, que poderá chegar a R\$ 21 bilhões neste ano. Segundo Andrade, a decisão do STF barrando as emendas Pix também tem ajudado o governo a conter gastos em torno de R\$ 16,5 bilhões.

As projeções macroeconômicas do relatório também sofrem mudanças entre um relatório e outro. A previsão de crescimento do PIB, por exemplo, passou de 3,21% para 3,25%. A estimativa para a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passou de 4,10% para 4,40%, abaixo da mediana das estimativas do mercado, que já superaram o teto da meta, de 4,5%.

COMBUSTÍVEIS

Petrobras prevê investir US\$ 111 bi em 5 anos

» FERNANDA STRICKLAND

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, anunciou ontem o Plano Estratégico 2025-2029. O plano prevê investimentos de US\$ 111 bilhões ao longo dos próximos cinco anos, com retorno projetado de US\$ 254 bilhões em impostos para o país.

De acordo com Magda, as iniciativas previstas no plano devem gerar 315 mil empregos diretos e indiretos, além de impulsionar a arrecadação de impostos e fortalecer a presença da estatal em projetos socioculturais. “Estamos entregando projetos atrativos, rentáveis, sustentáveis e que também apoiam a comunidade. O plano é extremamente factível, realista e relativamente fácil de entregar”, afirmou a executiva, destacando o compromisso da estatal com a geração de empregos e o fortalecimento econômico.

Transição energética

Chambriard também destacou que 15% dos investimentos em máquinas e equipamentos previsto para o quinquênio no plano estratégico 2025-2029 está focado em transição energética. No plano anterior, divulgado em 2023, esse percentual era de 11% do capex total planejado. Segundo ela, os valores incluem tanto geração e energia limpa quanto investimentos em descarbonização de processos. “Isso significa um aumento de 42% nesse tema em relação ao plano anterior. É o nosso compromisso com a jornada rumo ao futuro de baixo carbono”, disse Magda.

Ela se referiu ao salto dos “investimentos verdes” previstos pela Petrobras de US\$ 11,5 bilhões para US\$ 16,2 bilhões nos cinco anos à frente. Do montante atualizado, US\$ 11 bilhões vai

Ed Alves/CB/DA.Press



Etanol e biodiesel são alguns dos planos de investimentos da estatal

ser investido em negócios renováveis, como biocombustíveis, eólica onshore, solar fotovoltaica, hidrogênio e captura e estocagem de carbono (CCUS).

“É possível conciliar produção e óleo e gás com transição energética justa. Dizemos que sim, nossa produção de petróleo tem metade da pegada da média mundial, temos combustíveis

cada vez mais limpos, cada vez emitindo menos, cada vez mais verde”, disse Magda.

A presidente da Petrobras, no entanto, garantiu que o foco da companhia seguirá sendo a exploração produção e petróleo e gás e que quaisquer negócios paralelos serão aprovados “de forma responsável e zelando pela rentabilidade”.

ASSÉDIO

CGU demite VP da Caixa

» LARA PERPÉTUO

Ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, o funcionário público Antônio Carlos Ferreira de Sousa, foi demitido por justa causa devido a casos de assédios sexual e moral. Em decisão publicada ontem, a Controladoria Geral da União (CGU) estabeleceu a “rescisão contratual” e impediu nomeação ou posse de Sousa, por oito anos, em cargos do Executivo.

Sousa comandava a vice-presidência da Caixa relativa à estratégia e pessoas (Viepe) desde 2021, ano em que também iniciaram episódios de assédio no banco. Em julho de 2022, ele foi afastado do cargo após casos virem à tona, mas seguiu na instituição, onde entrou em 1989, por ser funcionário de carreira.

Penalidade

O ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, resolveu, segundo a justificativa da

exoneração, “aplicar a penalidade de rescisão contratual por justa causa ao Senhor Antônio Carlos Ferreira de Sousa, com fundamento no item 9.3.1.4 do Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal.”

A norma é relativa à “incontinência de conduta ou mau procedimento”, da mesma forma que o artigo 482, alínea ‘b’, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CGU determinou também que, pelo prazo de oito anos, “fica impedida a indicação, nomeação ou posse do apenado para cargos efetivos e em comissão ou funções de confiança no Poder Executivo Federal”.

Além da Viepe, Sousa havia sido vice-presidente de Logística e Operações (Vilop), durante a presidência de Pedro Guimarães, que pediu demissão após denúncias semelhantes em 2022. Sousa havia sido cedido ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em 2003 e voltou ao banco por indicação do governo Bolsonaro.